



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3000347-79.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **PASQUALINA PORTO DA ROCHA**
 Requerido: **Kenkoline do Brasil Comercio de Colchoes Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido produto fabricado pela primeira ré, o qual ainda no prazo de garantia apresentou vício em seu funcionamento.

A manifestação de fls. 12/13 torna despiciendo o aprofundamento em torno do problema aludido pela autora, porquanto a disponibilidade para a troca da mercadoria restou positivada

Foi, ademais, confirmada a fls. 26.

Outrossim, diante desse panorama de igual modo inexistente razão para perquirir-se sobre eventual revelia das rés, estando reconhecida a viabilidade do acolhimento da pretensão deduzida com o cumprimento da obrigação a ela correspondente.

Ressalvo que a negativa da autora quanto ao recebimento do novo produto (cf. termo de audiência – fl. 19) não pode ser aceita, pois ao ajuizar a ação ela expressamente almejou de princípio à substituição do produto por outro, na esteira do que prevê o art. 18, § 1º, inc. I, do CDC, o que no curso do processo se aventou como possível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a substituírem o produto especificado nos autos por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

Diante das manifestações de fls. 12/13 e 26, as rés terão o prazo de dez dias para que seja realizada a entrega do produto novo à autora, retomando aquele que se encontra em poder dela se o desejarem.

Decorrido esse prazo, aguarde-se por mais dez dias eventual manifestação da autora ou das rés, com a advertência de que no silêncio se presumirá cumprida a obrigação determinada.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA